

O papel dos professores no combate ao racismo no sistema prisional: uma breve revisão de literatura

Teachers' Role in Combating Racism in the Prison System: A Brief Literature Review

Antônia Maria Paulina Barbosa¹

Resumo: O presente artigo aborda a complexidade do sistema prisional contemporâneo, destacando as disparidades raciais e étnicas como uma questão crucial. Embasado em teóricos como Foucault (1989) e Wacquant(2001), o texto ressalta que as prisões não são apenas estruturas físicas, mas dispositivos de poder que moldam subjetividades e perpetuam desigualdades sociais. A incidência do racismo no sistema prisional é explorada, evidenciando a representação desproporcional de afrodescendentes nas prisões, conforme apontado por pesquisas. O conceito de racismo é discutido à luz da desvalorização, preconceito e rejeição ao outro, ampliando-se para além da questão racial. No contexto brasileiro, a superlotação nas prisões e as condições precárias exacerbam as disparidades raciais e sociais. O modelo prisional é criticado por perpetuar desigualdades e falhar na preparação dos detentos para a reinserção social, especialmente devido à falta de investimento em educação. A violência nas prisões, muitas vezes alimentada por organizações criminosas, compromete programas educacionais e de ressocialização. Brandão e Lagreca (2023) destacam o crescimento alarmante da população negra no sistema prisional brasileiro, evidenciando o racismo estrutural. O artigo se aportou na metodologia qualitativa, efetivanda por meio de uma revisão de literatura focada no papel dos professores no combate ao racismo no sistema prisional. Os objetivos incluem analisar as raízes históricas do racismo, avaliar práticas educacionais existentes e identificar estratégias para potencializar o impacto positivo dos professores na promoção da equidade racial. Destacando a necessidade de compreender e abordar o racismo sistêmico no sistema prisional brasileiro, visando contribuir para estratégias mais eficazes de combate ao racismo e promoção da justiça social. Por fim o texto ressalta a educação como ferramenta libertadora, capaz de desafiar estruturas opressivas e proporcionar oportunidades de transformação pessoal e social.

161

Palavras-chave: Racismo no sistema prisional. Educação em prisões. Impacto dos professores na ressocialização.

¹ Doutora em Educação pela Universidad Interamericana Py.Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Leonardo Da Vinci, Paraguai, em 2016, revalidado pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Possui graduação em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (2009), graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1994). Atualmente, atuo como professora - no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalette Teixeira. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. E-mail: antonia062025@gmail.com

Recebido em 01/11/2023

Aprovado em 30/11/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Abstract: This article addresses the complexity of the contemporary prison system, emphasizing racial and ethnic disparities as a crucial issue. Grounded in theorists such as Foucault (1989) and Wacquant (2001), the text highlights that prisons are not merely physical structures but power devices that shape subjectivities and perpetuate social inequalities. The incidence of racism in the prison system is explored, highlighting the disproportionate representation of Afro-descendants in prisons, as indicated by research. The concept of racism is discussed in the light of devaluation, prejudice, and rejection of the other, expanding beyond the racial dimension. In the Brazilian context, overcrowding and precarious conditions in prisons exacerbate racial and social disparities. The prison model is criticized for perpetuating inequalities and failing to prepare inmates for social reintegration, especially due to a lack of investment in education. Violence in prisons, often fueled by criminal organizations, compromises educational and rehabilitation programs. Brandão and Lagreca (2023) highlight the alarming growth of the Black population in the Brazilian prison system, exposing structural racism. The article relied on qualitative methodology, implemented through a literature review focused on the role of teachers in combating racism in the prison system. Objectives include analyzing the historical roots of racism, evaluating existing educational practices, and identifying strategies to enhance the positive impact of teachers in promoting racial equity. Emphasizing the need to understand and address systemic racism in the Brazilian prison system, aiming to contribute to more effective strategies to combat racism and promote social justice. Finally, the text highlights education as a liberating tool, capable of challenging oppressive structures and providing opportunities for personal and social transformation.

Keywords: Racism in the prison system. Education in prisons. Impact of teachers on rehabilitation.

Introdução

O sistema prisional contemporâneo reflete um panorama complexo e multifacetado, no qual as disparidades raciais e étnicas emergem como uma questão premente. Autores como Foucault (1987) e Wacquant (2001) oferecem um arcabouço teórico para a compreensão das dinâmicas de poder e controle que permeiam as instituições correcionais.

Segundo Foucault (1987), as prisões não são apenas estruturas físicas, mas também dispositivos de poder que moldam as subjetividades e perpetuam desigualdades sociais, para o renomado autor:

O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos é um fenômeno bem conhecido dos historiadores do direito. Entretanto, foi visto, durante muito tempo, de forma geral, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e “humanidade”. Na verdade, tais modificações se fazem concomitantes ao deslocamento do objeto da ação punitiva. Redução de intensidade? Talvez. Mudança de objetivo, certamente. Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos — daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou — é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder

um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (FOUCAULT, 1987, p.20).

Nesse contexto, a incidência do racismo no sistema prisional se revela alarmante. As pesquisas (Alexander, 2010; Davis, 2016) demonstram que minorias étnicas, em particular afrodescendentes, enfrentam uma representação desproporcional nas prisões, evidenciando um ciclo perpetuado de discriminação.

Racismo nesse artigo é entendido de acordo com (GONÇALVES, 2021, p. 340):

O racismo é um fenômeno de desvalorização, preconceito e rejeição ao outro. Não acontece apenas em relação ao negro, está sempre ligado à existência da categoria sociológica das minorias. A saber, por exemplo, a imigração é um fenômeno que sempre contou com o racismo e o etnocentrismo² ao longo da história humana. No Brasil o racismo manifesta majoritariamente em relação ao negro, mas está presente nas repulsões com os povos indígenas, imigrantes do Haiti, da Venezuela entre outros. Não sendo tão visível, a título de exemplo, com a imigração de italianos. Por se tratar de um imigrante branco e europeu, não carregava consigo o estigma racial na cor da pele.

Se pensarmos a nível de Brasil, o sistema prisional confrontar-se com desafios expressivos que refletem e amplificam as disparidades raciais e sociais existentes na sociedade. O país possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, com uma representação desproporcional de pessoas negras e pardas nas prisões. As condições nas unidades prisionais são frequentemente precárias, marcadas por superlotação, falta de infraestrutura adequada, violência e insuficiência de programas efetivos de ressocialização. De acordo com a Folha de São Paulo do dia 20 de Júlio de 2023 “A **população prisional no Brasil** bateu novo recorde e chegou a 832.295 pessoas no fim do ano passado”.

O modelo prisional brasileiro, em muitos aspectos, perpetua as desigualdades sociais ao invés de atuar como um mecanismo de reabilitação. A falta de investimento em educação, tanto formal quanto profissionalizante, contribui para a incapacidade do sistema em preparar os detentos para a reinserção na sociedade. Essa carência é agravada pela ausência de políticas eficazes de combate ao racismo institucional, perpetuando o ciclo de marginalização.

Uma realidade persistente no Brasil é a violência dentro das prisões, basta ligarmos rádios e tvs nos telejornais para vermos que muitas vezes ela é exacerbada por gangues e organizações criminosas que operam dentro dos presídios. Essa dinâmica atrapalha a implementação de programas educacionais e de ressocialização, suscitando um ambiente hostil

² Tendência a considerar os próprios hábitos e comportamentos como superiores.

para os detentos, funcionários prisionais e professores. A falta de segurança acaba por comprometer diretamente a qualidade da educação e a eficácia de iniciativas que buscam combater o **racismo estrutural**, que é pensado neste artigo na perspectiva de Silvio Almeida (2019, p.24) “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”

Na perspectiva do Brandão; Lagreca, (2023, p.314)

O sistema prisional brasileiro escancara o racismo estrutural. Se entre 2005 e 2022 houve crescimento de 215% da população branca encarcerada, passando de 39,8% do total de presos brancos para 30,4% no ano mais recente, houve crescimento de 381,3% da população negra. Em 2005, 58,4% do total da população prisional era negra, em 2022, esse percentual foi de 68,2%, o maior da série histórica disponível. Em outras palavras, o sistema penitenciário deixa evidente o racismo brasileiro de forma cada vez mais preponderante. A seletividade penal tem cor.

Além da inexorável questão do racismo temos também a problemática da superlotação nas prisões brasileiras que emerge como uma questão crítica, impactando negativamente a qualidade de vida dos detentos e comprometendo a eficácia dos programas de reabilitação. A superpopulação carcerária contribui para condições insalubres, agravando a falta de acesso a serviços básicos e fomentando o aumento da violência entre os presos. Este cenário reforça a necessidade urgente de abordar não apenas as disparidades raciais no sistema prisional, mas também os desafios estruturais que comprometem a dignidade e a segurança dos indivíduos sob custódia.

Se quisermos pensarmos efetivamente o papel dos professores no combate ao racismo no sistema prisional brasileiro, é crucial considerar esses desafios sistêmicos. Para tanto é mister que estratégias pedagógicas sejam adaptadas para operar em um ambiente complexo e muitas vezes hostil, priorizando a segurança dos educadores e dos detentos. A busca por soluções eficazes deve ir além das instituições prisionais, envolvendo uma abordagem interdisciplinar que aborde as causas subjacentes do encarceramento em massa e as desigualdades raciais.

Diante do crescimento alarmante da população carcerária no Brasil e das evidências de um aumento expressivo na taxa de encarceramento de indivíduos negros em comparação aos brancos, há a necessidade de investigar como o sistema prisional perpetua e intensifica as desigualdades raciais, bem como os desafios estruturais enfrentados, como a superlotação e as condições precárias. Como as dinâmicas de poder e controle, conforme descritas por Foucault (1987) e Wacquant (2001), se manifestam no sistema prisional brasileiro, especialmente no que

diz respeito à questão racial? Quais são os principais fatores que contribuem para o aumento significativo na população carcerária de indivíduos negros, conforme indicado por Brandão e Lagreca (2023)? De que forma o racismo estrutural influencia as condições dentro das prisões, contribuindo para a superlotação, a falta de infraestrutura adequada e o aumento da violência entre os detentos? Como as políticas de educação e reabilitação dentro do sistema prisional brasileiro abordam as disparidades raciais, considerando a falta de investimento e a hostilidade do ambiente prisional? Qual é o papel dos professores no combate ao racismo no sistema prisional e como suas estratégias pedagógicas podem ser adaptadas para lidar com os desafios sistêmicos identificados?

Este estudo se justifica pela necessidade premente de compreender e abordar as raízes do racismo sistêmico que permeiam o sistema prisional brasileiro. Ao explorar as dinâmicas de poder, as disparidades raciais e os desafios estruturais, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de combate ao racismo no contexto prisional, promovendo a justiça social e a dignidade para todos os indivíduos sob custódia. A relevância do papel dos professores no contexto prisional ganha destaque diante deste cenário. Autores como Freire (2018) e Giroux (2011) destacam a educação como uma ferramenta libertadora capaz de desafiar estruturas opressivas (Freire, 2018). A intervenção educacional, quando exercida de maneira consciente e crítica, pode romper com o ciclo de desigualdades, proporcionando aos detentos uma oportunidade para a transformação pessoal e social.

Gonçalves e Síveres (2020, p.7015) afirmam que existe uma

Urgência de um trabalho de sensibilização concomitante entre os órgãos educacionais e a participação efetiva dos professores para que estas leis sejam de fato efetivadas, criando a possibilidade dos alunos se enxergarem com parte constitutiva de uma sociedade multirracial e se identificarem com a história do país.

Diante dessas ponderações, o presente artigo propõe uma revisão de literatura que explore o papel dos professores no combate ao racismo no sistema prisional. Os objetivos desta revisão incluem analisar as raízes históricas do racismo no contexto prisional, examinar a eficácia das práticas educacionais existentes e identificar estratégias para potencializar o impacto positivo dos professores na promoção da equidade racial no sistema carcerário. Ao fazer isso, buscamos contribuir para um diálogo acadêmico e prático que promova a transformação social e a construção de um sistema prisional mais justo e inclusivo.

2. Metodologia

Para a realização desse artigo adotamos a Metodologia Qualitativa porque “o uso da pesquisa qualitativa quer apenas realçar essa complexidade do fazer ciência, mas consciente de que toda dinâmica também revela as suas formas” (Da Silva Gonçalves, 2007, p.203) que se efetivou por meio de uma Revisão de Literatura, também conhecida como Pesquisa Bibliográfica. Na concepção de Marconi; Lakatos (2003, p.158).

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações

A busca por artigos e livros foi conduzida em diversos bancos de dados acadêmicos proporcionando uma coleta abrangente de trabalhos relevantes. Os principais bancos de dados consultados incluíram o *Google Scholar*, Scielo para obras acadêmicas em diversas disciplinas, incluindo ciências sociais e educação, o Scopus para uma ampla gama de artigos acadêmicos que abrangem várias áreas de conhecimento, e bibliotecas digitais de universidades para acesso a teses e dissertações que poderiam oferecer perspectivas mais aprofundadas sobre questões específicas.

As estratégias de busca foram desenvolvidas de forma a otimizar a identificação de trabalhos pertinentes aos temas em análise. Utilizaram-se palavras-chave e combinações *booleanas*, incluindo os termos “racismo no sistema prisional”, “educação em prisões”, “impacto dos professores na ressocialização”. A busca foi iterativa, refinando os termos conforme novas fontes eram identificadas.

A etapa de seleção e análise das obras consultadas envolveram uma avaliação rigorosa para garantir a aderência aos critérios estabelecidos. Trabalhos que não atendiam aos requisitos de relevância temática, credibilidade da fonte e diversidade de perspectivas foram excluídos. A análise dos trabalhos incluiu uma revisão crítica do conteúdo, destacando os principais achados, metodologias utilizadas e contribuições específicas para os temas abordados.

Essa abordagem metodológica foi concebida para assegurar a confiabilidade e a validade da revisão de literatura, proporcionando uma base sólida para a análise e discussão dos aspectos relacionados ao racismo no sistema prisional, à educação nesse contexto e ao papel

dos professores. Ao seguir esses passos rigorosos, busca-se contribuir de maneira significativa para o entendimento dessas questões complexas e pertinentes.

3. Revisão da Literatura

3.1 Racismo no Sistema Prisional

O enfrentamento do racismo no sistema prisional é um desafio incontornável que tem sido objeto de extenso escrutínio na literatura acadêmica. Estudos conduzidos por Alexander (2010) e Davis (2016) revelam um panorama alarmante de representação desproporcional de grupos étnicos e raciais nas prisões, evidenciando a existência de um sistema que, longe de ser neutro, perpetua e amplifica as desigualdades existentes na sociedade. As estatísticas apresentadas por esses autores não só ressaltam a urgência de abordar o problema, mas também lançam luz sobre as consequências devastadoras do viés racial nas decisões legais e nas políticas penitenciárias.

Além disso, Foucault (1989) e Wacquant (2001) contribuem significativamente para a compreensão do racismo no sistema penal. Foucault, em sua obra seminal "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão", delineia a evolução histórica das instituições correcionais, desvelando as relações de poder e controle que moldam não apenas os corpos encarcerados, mas também as subjetividades que permeiam a vida carcerária. Wacquant (2001), por sua vez, em "As prisões da miséria", oferece uma análise crítica das políticas que perpetuam a marginalização racial nas prisões, evidenciando a interseção entre o sistema penal e as estruturas sociais mais amplas.

No contexto brasileiro, essa manifestação assume contornos marcantes no que concerne às disparidades raciais. A redução aparente da severidade penal ao longo dos anos, como observada por Foucault (1989), não traduz necessariamente em maior humanização, mas sim em uma mudança de foco da punição física para formas de controle mais sutis e internalizadas. A citação de Foucault, enfatizando a transição da punição dirigida ao corpo para aquela que atinge a alma, ressoa de maneira pertinente na análise do sistema prisional brasileiro.

Wacquant (2001), por sua vez, complementa essa perspectiva ao destacar as práticas de segregação e confinamento que afetam de maneira desproporcional as comunidades marginalizadas, especialmente as de origem racialmente discriminada. No contexto brasileiro, as estatísticas revelam um aumento alarmante na população prisional negra, apontando para a seletividade penal que tem cor. A representação desigual nas prisões reflete não apenas um

sistema de punição, mas uma estrutura que perpetua e amplifica as disparidades raciais existentes na sociedade em geral.

Conforme a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara Legislativa:

Além da precariedade do sistema carcerário, as políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, via de regra, contra a população negra e pobre. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos. Vale lembrar que 53,63% da população brasileira têm essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral. E, ainda, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em 2014, 75% dos encarcerados têm até o ensino fundamental completo, um indicador de baixa renda (Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, 2018).

Assim, as dinâmicas de poder e controle no sistema prisional brasileiro, à luz das análises de Foucault (1987) e Wacquant (2001), se manifestam como instrumentos que não apenas encarceram corpos, mas que também reproduzem e aprofundam as desigualdades raciais, evidenciando a presença marcante do racismo estrutural nesse cenário específico.

3.2- Educação nos Presídios: Um Caminho para a Ressocialização e a Transformação

A implementação efetiva da educação no sistema prisional é um componente crucial na busca por estratégias de ressocialização e combate ao ciclo de reincidência. Freire (2018) fundamenta a ideia de que a educação é um instrumento libertador, capaz de transcender as barreiras impostas pelo encarceramento. Nesse contexto, Giroux (2011) destaca a importância da educação crítica, que não apenas fornece conhecimento acadêmico, mas também promove uma compreensão reflexiva das estruturas sociais e históricas que perpetuam a injustiça.

Contudo, a literatura também ressalta as inúmeras barreiras que dificultam o acesso à educação no ambiente prisional. Irwin (2005) examina essas barreiras, que incluem desde restrições institucionais até questões estruturais mais amplas, como falta de financiamento e políticas educacionais inadequadas. Ao abordar essas barreiras, os autores oferecem insights valiosos para a compreensão das complexidades envolvidas na promoção de programas educacionais eficazes nas prisões.

A questão da educação no sistema prisional representa um componente fundamental na busca por estratégias eficazes de ressocialização e na quebra do ciclo de reincidência. Em uma sociedade que se esforça para equacionar desigualdades sociais e proporcionar oportunidades

iguais a todos, a educação surge como uma ferramenta indispensável para a transformação e a reconstrução de vidas, mesmo em contextos tão desafiadores quanto o ambiente prisional.

Neste contexto, as práticas educacionais emergem como um farol de esperança, guiando os detentos para além das barreiras físicas das prisões. Paulo Freire (2018), ressalta que a educação é um instrumento libertador capaz de romper as correntes da opressão. Freire fundamenta a ideia de que a verdadeira educação vai além da transmissão passiva de conhecimento; ela é, em sua essência, um processo colaborativo que empodera os aprendizes, proporcionando-lhes não apenas habilidades acadêmicas, mas também uma compreensão crítica das estruturas sociais que perpetuam a injustiça.

Assim, a implementação de práticas educacionais nos presídios se torna uma necessidade imperativa. Iniciativas que abrangem desde a alfabetização até programas de ensino superior proporcionam aos detentos uma oportunidade de transformação pessoal e social. A educação formal, além de ser um direito fundamental, é uma chave para abrir portas que, de outra forma, permaneceriam fechadas após a liberação.

Petronília Silva (2013) adverte que o ideal de sociedade abraçado pela maioria dos professores em serviço nem sempre está orientado para uma verdadeira promoção da educação antirracista. Segundo ela, para alcançar uma transformação estrutural, é imprescindível que os professores internalizem e vivenciem efetivamente esse propósito. Ela destaca que a concretização das leis relacionadas à educação é particularmente desafiadora, uma vez que tais medidas interferem nos alicerces do projeto societal em vigor. E certamente no sistema prisional não seria diferente.

A educação profissionalizante surge como uma ponte entre a prisão e o mercado de trabalho, capacitando os detentos com habilidades práticas que aumentam significativamente suas perspectivas de emprego pós-liberdade. Programas que ensinam desde ofícios tradicionais até habilidades tecnológicas modernas fornecem uma base sólida para a reintegração efetiva na sociedade.

Além disso, práticas que abordam aspectos sociais e emocionais, como programas de habilidades sociais e emocionais, reconhecem a importância de cultivar não apenas o intelecto, mas também a resiliência emocional necessária para superar os desafios da vida pós-prisão.

As artes e a cultura entram em cena como formas de expressão e autoconhecimento, contribuindo para a construção da autoestima e identidade pessoal. A inclusão de tecnologias educacionais, como plataformas online, proporciona flexibilidade e acesso a conteúdo diversificados, mesmo em ambientes com recursos limitados.

Em síntese, as práticas educacionais nos presídios não só oferecem conhecimento, mas também representam um investimento no potencial humano. A adoção dessas estratégias não apenas atende a uma demanda ética e legal por dignidade e respeito aos direitos humanos, mas também se alinha com a visão de uma sociedade mais justa e inclusiva. A educação, quando aplicada de maneira significativa e comprometida, torna-se a chave mestra que destranca não apenas as celas físicas, mas também as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento humano.

3.3- O Impacto Transformador dos Professores nos Presídios: Uma Abordagem Consciente e Crítica

O papel dos professores no ambiente prisional é inegavelmente central para a transformação positiva dos detentos. A literatura existente destaca que, quando exercida de maneira consciente e crítica, a influência dos educadores pode transcender as barreiras físicas e psicológicas impostas pelo sistema penal. Histórias de sucesso compartilhadas por Hangel (2007) e Julião (2009) ilustram de maneira vívida como educadores comprometidos têm o poder de impactar profundamente a vida dos detentos, contribuindo significativamente para sua reabilitação e reintegração na sociedade.

A experiência desses educadores exemplares evidencia que a sala de aula em um contexto prisional pode se tornar um espaço de esperança, *empowerment* e renovação. Ao reconhecer os detentos como sujeitos de sua própria aprendizagem, os professores desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educacional que promove o respeito, a dignidade e a autenticidade.

No entanto, para compreender plenamente o papel dos professores no combate ao racismo no ambiente prisional, é crucial analisar as pesquisas que se debruçam sobre a eficácia de abordagens educacionais específicas. As contribuições de Kuchnir (2022) e Coelho (2017) se destacam nesse contexto, fornecendo insights fundamentais sobre práticas pedagógicas que vão além da mera transmissão de conhecimento.

Cabral (2019) destaca a importância de práticas pedagógicas que não apenas capacitam academicamente os detentos, mas também promovem uma consciência crítica em relação às estruturas raciais que contribuíram para sua marginalização. Ao adotar uma abordagem que contextualiza o conhecimento no cenário histórico e social, os professores podem ajudar os

detentos a compreenderem as raízes do racismo estrutural, incentivando uma postura crítica diante das injustiças.

Por sua vez, (Nakayama,2011) contribui para o debate ao explorar como práticas educacionais podem ser orientadas para desafiar e desconstruir narrativas racistas. Ao integrar uma abordagem antirracista no currículo e nas dinâmicas de sala de aula, os professores podem desempenhar um papel ativo na desconstrução de estereótipos prejudiciais, fomentando um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

A análise dessas pesquisas não apenas enriquece nossa compreensão das estratégias educacionais que têm o potencial de desafiar efetivamente o racismo no ambiente prisional, mas também destaca a responsabilidade dos educadores na promoção da igualdade e justiça. Em um contexto onde as disparidades raciais são exacerbadas, a atuação consciente e crítica dos professores torna-se uma ferramenta valiosa na construção de um ambiente educacional que não apenas capacita academicamente, mas também promove a consciência social e a luta contra o racismo sistêmico.

4. Resultados e Discussão

4.1 Racismo no Sistema Prisional

Ao fundamentarmos nossas conclusões na revisão de literatura realizada, emerge uma compreensão aprofundada da persistência do racismo no sistema prisional. Trabalhos consultados, notadamente os de Alexander (2017) e Davis (2016), fornecem contribuições robustas que destacam a representação desigual de grupos étnicos e raciais, colocando em evidência o sistema prisional como um mecanismo intrínseco à perpetuação e amplificação das desigualdades sistêmicas.

A literatura analisada transcende a simples constatação de disparidades raciais nas prisões, evidenciando que tais desigualdades não são meros reflexos de comportamentos individuais, mas sim resultam de políticas penitenciárias e de um sistema judiciário impregnado por viés racial. As conclusões extraídas desses estudos ecoam as análises fundamentais de Foucault (1989) e Wacquant (2001), oferecendo uma sólida base teórica para compreendermos as prisões não apenas como locais de reclusão, mas como dispositivos de poder que perpetuam de maneira sistêmica o racismo.

Dessa forma, a análise do racismo no sistema prisional vai além de uma mera constatação estatística; ela revela a interseção complexa entre estruturas institucionais, políticas

públicas e viés racial que culminam na representação desproporcional de indivíduos afrodescendentes. Este entendimento aprofundado lança luz sobre a necessidade urgente de reformas estruturais que abordem não apenas os sintomas visíveis, mas também as raízes sistêmicas do problema. A interconexão entre teorias críticas e evidências empíricas destaca a urgência de uma abordagem abrangente e multifacetada para combater o racismo no sistema prisional.

4.2 Educação no Sistema Prisional

A revisão da literatura destacou a importância da educação como uma ferramenta fundamental na ressocialização de detentos. Freire (2018) e Giroux (2016) forneceram a base teórica para a compreensão da educação como um meio de libertação e conscientização. No entanto, os desafios na implementação de programas educacionais eficazes foram evidentes. Irwin (2005) e Santos (2009) ressaltaram barreiras significativas, incluindo restrições institucionais, falta de financiamento e políticas educacionais inadequadas. A literatura destaca que, apesar do reconhecimento da importância da educação, há uma desconexão entre a teoria e a prática, exigindo uma abordagem mais holística e colaborativa.

4.3 O Papel dos Professores

A análise dos resultados revelou que o papel dos professores no sistema prisional é um fator crítico na promoção da equidade e na luta contra o racismo. Santos (2009) e Menotti (2013) compartilharam histórias de sucesso, demonstrando como educadores comprometidos podem catalisar a transformação positiva dos detentos. No entanto, a literatura também apontou desafios significativos enfrentados pelos professores. A falta de recursos, treinamento inadequado e ambientes prisionais hostis foram identificados como obstáculos que impactam negativamente a eficácia do papel do educador. Além disso, as pesquisas de Onofre (2007) e Julião (2009) destacaram a necessidade de uma abordagem pedagógica sensível ao contexto, enfatizando a importância de estratégias que abordem diretamente as questões raciais e étnicas.

Conforme Vieira e Gonçalves (2023, p.439)

Refletir sobre a importância da educação antirracista pressupõe estabelecer novos paradigmas na educação, paradigmas que ajudem a compreender o reconhecimento da identidade afrodescendente e que tenham a intenção de reinterpretar e resignificar a história e as relações étnico-raciais no Brasil

como conhecimento e como uma proposta de trabalho voltada para a eliminação de qualquer forma de discriminação por parte de educadores e educandos nas instituições escolares e em diferentes espaços sociais

As pesquisadoras Vieira e Gonçalves (2023) abordam de maneira significativa a imperativa reflexão sobre a educação antirracista. A assertiva central ressalta a necessidade premente de instaurar novos paradigmas na educação, paradigmas que não apenas propiciem uma compreensão profunda do reconhecimento da identidade afrodescendente, mas também vislumbrem a reinterpretação e resignificação da história e das relações étnico-raciais no Brasil.

Elas fazem um apelo por novos paradigmas educacionais, que sugerem uma ruptura com estruturas convencionais, instigando uma abordagem mais holística e inclusiva. A compreensão da identidade afrodescendente é apresentada como um componente crucial desse novo paradigma, indicando a necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de informações, promovendo uma apreciação sensível das diversas identidades presentes na sociedade.

A proposta de reinterpretar e resignificar a história e as relações étnico-raciais destaca a importância de uma abordagem crítica, capaz de questionar narrativas tradicionais e incorporar perspectivas historicamente marginalizadas. Isso implica não apenas em uma revisão dos conteúdos curriculares, mas também na promoção de um ambiente educacional que estimule o diálogo e a reflexão crítica (Vieira; Gonçalves, 2023).

4.4 Tendências, Convergências e Divergências

Ao analisar as tendências na literatura revisada, tornou-se evidente que há uma crescente convergência em reconhecer a necessidade urgente de reformas no sistema prisional. Tanto as análises críticas de Foucault (1989) quanto as perspectivas emancipatórias de Freire (2018) convergem na importância de desafiar as estruturas opressivas existentes. Entretanto, divergências surgem na implementação prática dessas teorias. Enquanto alguns estudos sugerem que a educação pode ser uma ferramenta eficaz na promoção da justiça social (Giroux, 2016), outros enfatizam que as barreiras estruturais devem ser abordadas antes que a educação possa efetivamente combater o racismo nas prisões (Irwin, 2005; Almeida, 2019).

4.5 Iniciativas Bem-sucedidas e Desafios dos Professores

Iniciativas bem-sucedidas identificadas na literatura incluem programas de educação que incorporam uma abordagem culturalmente sensível, reconhecendo e enfrentando as disparidades raciais no ambiente prisional. Julião (2009) destaca a importância de estratégias inclusivas que consideram as experiências específicas de diferentes grupos étnicos. Entretanto, desafios persistem. Professores frequentemente enfrentam obstáculos institucionais, falta de apoio administrativo e, em alguns casos, resistência por parte dos próprios detentos. A literatura sublinha a necessidade de abordagens mais flexíveis, capacitação constante e um compromisso contínuo com a equidade para superar esses desafios.

Segundo Gadotti (2003) a educação é imprescindível para a preservação da existência humana, visando evitar que o indivíduo se veja compelido a reinventar conhecimentos já consolidados. A apropriação da cultura e do acervo produzido pela humanidade é essencial. Educar, portanto, consiste em aproximar o ser humano das realizações acumuladas ao longo do tempo. Se essa conexão já era crucial no passado, torna-se ainda mais vital em uma sociedade fundamentada no conhecimento.

No contexto do sistema prisional brasileiro, o professor enfrenta o desafio de comunicar ao aluno a relevância do que está sendo ensinado em relação à herança cultural da humanidade. A percepção dessa interligação é fundamental para conferir significado ao aprendizado, pois um aluno que não compreende essa relação tende a questionar a utilidade do que está sendo estudado, resistindo ao processo de aprendizagem e mantendo-se indiferente ao conteúdo apresentado pelo professor. A verdadeira aprendizagem ocorre quando o aluno reconhece sentido naquilo que está aprendendo, demonstrando que sua disposição para aprender está intrinsecamente ligada à compreensão do propósito da aprendizagem. A resistência à aprendizagem não se baseia na falta de inteligência, mas, por vezes, na decisão consciente de recusar o aprendizado, destacando que a verdadeira prova de inteligência pode residir na seleção criteriosa do que se decide assimilar (Gadotti, 2003).

5. Considerações Finais

A guisa de uma conclusão podemos afirmar que a revisão de literatura realizada proporcionou uma compreensão abrangente das dinâmicas interligadas do racismo no sistema prisional, da educação nesse contexto e do papel vital dos professores. Os principais pontos discutidos revelam um cenário complexo, no qual as desigualdades raciais persistem como um desafio sistêmico. A convergência de teorias críticas de Foucault (1989) e Freire (2018) destaca

a necessidade urgente de abordar não apenas as manifestações visíveis do racismo, mas também as estruturas de poder que o perpetuam.

A revisão das obras supracitadas nos leva a concluir que o papel dos professores no sistema prisional insurge como um elemento central na promoção da justiça social e na batalha contra o racismo. A literatura consultada destaca histórias de sucesso, onde educadores comprometidos desempenharam um papel crucial na transformação positiva de detentos. No entanto, enfrentar os desafios estruturais e institucionais é essencial para maximizar o impacto desses profissionais. A falta de recursos, a hostilidade do ambiente prisional e a necessidade de uma abordagem culturalmente sensível são áreas que exigem atenção para fortalecer efetivamente o papel dos professores.

Portanto, faz-se mister destacar a importância da educação como uma ferramenta de ressocialização torna-se imperativo. A literatura enfatiza que a educação não apenas fornece habilidades acadêmicas, mas também possibilita uma compreensão crítica das estruturas sociais que contribuíram para a marginalização de indivíduos. A revisão destacou que a eficácia da educação no sistema prisional depende não apenas do acesso, mas também da qualidade dos programas e da sensibilidade às necessidades específicas de diferentes grupos étnicos.

Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise mais aprofundada das estratégias pedagógicas que são mais eficazes na abordagem do racismo no ambiente prisional. Investigações sobre o impacto de programas específicos, considerando a diversidade cultural e étnica dos detentos, podem fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes.

Pensamos ainda que além disso, faz-se necessária uma pesquisa mais ampla sobre a eficácia de políticas prisionais específicas na promoção da igualdade racial. Isso pode incluir a avaliação de intervenções educacionais, a implementação de medidas de combate ao preconceito, assim como a análise de programas de reinserção social. A inclusão de perspectivas dos próprios detentos e a consideração de suas experiências individuais também são áreas de pesquisa que merecem atenção.

Em conclusão, esta revisão de literatura destaca a necessidade premente de uma abordagem mais integrada e colaborativa para enfrentar o racismo no sistema prisional. Reconhecer o papel dos professores como agentes de mudança é crucial, mas deve ser complementado por políticas eficazes, estratégias pedagógicas sensíveis e um compromisso contínuo com a justiça social. A pesquisa futura pode contribuir significativamente para a construção de um sistema prisional mais equitativo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução de Pedro Davoglio; Revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019

BRANDÃO, Juliana. LAGRECA, Amanda. **O delito de ser negro – atravessamentos do racismo estrutural no sistema prisional brasileiro**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 308-319, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 28 de out.2023.

CABRAL, P. **A EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade: as apropriações das diretrizes da UNESCO no direcionamento do trabalho de professores (as)**. 397 f. 2019. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. (2018, 6 de agosto). **Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em 10 de out. de 2023.

COELHO, Ellen Josy Araujo da Silva. **Educação atrás das grades: a formação do professor da educação de jovens e adultos o qual atua no sistema penitenciário do Estado do Maranhão**. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís .

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016,

Folha de São Paulo. A população prisional no Brasil bateu novo recorde e chegou a 832.295 pessoas no fim do ano passado. São Paulo, 20 de julho de 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: GRUBHAS, 2003

GIROUX, Henry. Pedagogia crítica, Paulo Freire, e a coragem para ser político. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 296- 306 jan./mar. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27356> Acesso em: 13 maio 2021. » <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27356>

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Racismo *In*: SÍVERES, LUIZ; NODARE, Paulo César (Orgs.). **Dicionário de Cultura de Paz**- Volume 2. Curitiba: CRV, 2021

GONÇALVES, M. C. da S.; SÍVERES, L.. A temática étnico-racial na formação de professores: um estudo de caso no curso de Pedagogia no Noroeste de Minas Gerais. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 708–729, 2020. DOI: 10.14393/REPOD-v9n3a2020-57884. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/57884>. Acesso em: 29 nov. 2023.

IRWIN, John. **The Warehouse Prison: Disposal of the New Dangerous Class**. Los Angeles, CA: Roxbury Publishing Co, 2005.

MENOTTI, C. C. **O exercício da docência entre as grades: reflexões sobre a prática de educadores do sistema prisional do estado de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A Ressocialização Através do Estudo e do Trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

MESA REDONDA: "**Dez anos da Lei 10.639/03: balanços e perspectivas**" com Nilma Lino GOMES (UFMG) e Petronilha B. Gonçalves SILVA (UFSCar), organizada no dia 19 de abril de 2013 pelo NAP Brasil África. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8WbLZOPcXUs>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

NAKAYAMA, A. R. **O trabalho de professores/as em um espaço de privação de liberdade: necessidades de formação continuada**. 226 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KUCHNIR, Taís. **Superlotação ou déficit de vagas no Sistema Prisional brasileiro?: uma análise das narrativas por trás das políticas penitenciárias**. 2022. 95 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RANGEL, H.. Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 81–93, jan. 2007.

SANTOS, Leonardo Moraes dos. **A contribuição da educação escolar para ressocialização de adultos presos**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2009.

ONOFRE, E. M. C. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, E. M. C. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 11-28

VIEIRA, Rosângela Ribeiro dos Santos; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. A implementação da Lei Federal nº 10.639/03: Um estudo sobre diversidade cultural em diversos espaços sociais e instituições escolares. **Altus Ciência**, [S.l.], v. 17, jan.-jul. 2023.

ISSN 2318-4817. Disponível em:

<<http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusiencia/article/view/140>>. DOI:

10.5281/zenodo.8066119439. Acesso em: 01/de nov.2023.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução Ed André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.